

# As armas do governo contra a inflação

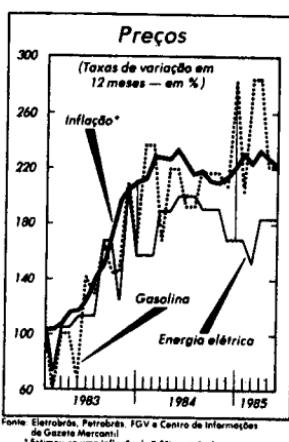
*economia Brasil*

por Célia de Gouvêa Franco  
de Brasília

O congelamento dos preços e das tarifas do setor público pelo menos até o dia 20 de junho e a liberação dos estoques de arroz, feijão e milho para abastecimento do mercado interno são as duas armas com que conta o governo brasileiro para manter a inflação estabilizada entre 7 e 8% nos próximos três a quatro meses, anunciou ontem o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.

Para este mês especificamente, a previsão do ministro é de uma taxa de inflação entre 7,5 e 7,8%, informou em entrevista à imprensa, depois da sua participação no seminário "Os Caminhos da Retomada", promovido pela revista Exame.

Durante o debate com empresários, Dornelles anunciou que a partir de junho começa o processo de discussão com os empresá-



rios do setor privado para a fixação de reajustes dos preços industriais. E explicou que serão acertados os aumentos com os empresários de forma a se tomar como base a expectativa futura de custos e não mais o que se perdeu no passado com a política de congelamento.

Reconheceu que foi deci-

siva para a redução da inflação observada em abril e a esperada para este mês de maio a ajuda dada pelo setor privado, que efetivamente cumpriu as determinações de congelamento dos preços. Agora, disse, chegou a vez de o setor público dar sua contribuição para a política de redução da inflação.

Para junho já está definido um aumento dos preços na área siderúrgica, de 30%, e das tarifas de energia elétrica, ainda não determinado. Já os preços dos derivados de petróleo continuarão congelados até depois do dia 20 de julho. Dornelles afirmou explicitamente que a Petrobrás tem ainda muita gordura a ser cortada e informou que a empresa tem uma disponibilidade muito elevada — de Cr\$ 15 trilhões, podendo, dessa forma, absorver mais algumas semanas sem reajuste dos preços dos seus produtos. O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, teria garantido a Dornelles que existe essa folga de caixa na Petrobrás.

Os congelamentos de preços não ficarão restritos, porém, apenas ao setor estatal. Embora se vá iniciar agora um processo de reajustes dos preços para as empresas privadas, o ministro da Fazenda admitiu a possibilidade de manter congelados os preços dos cigarros.

Embora o cigarro seja, individualmente, o produto que proporciona a maior arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), seria mais aceitável uma eventual redução nessa receita do que um aumento nos seus preços, que têm um forte impacto sobre a inflação. Além disso, Dornelles explicou, conforme relato do repórter Sérgio Garschagen, que a estabilidade dos preços do cigarro tende a contribuir para o aumento do consumo, elevando, em consequência, a arrecadação do IPI.

O cigarro foi, porém, o único produto fabricado pelo setor privado a que Dornelles fez uma referência específica. Sobre a possibilidade e a oportunidade de se reajustarem os preços de todos os demais produtos, afirmou que a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços

# As armas do governo contra...

por Célia de Gouvêa Franco  
de Brasília

(Continuação da 1º página)

(SEAP) ainda vai detalhar o processo de fixação dos aumentos.

O ministro da Fazenda foi bastante duro ao tratar dos preços e das tarifas praticados pelas empresas estatais. No passado, lembrou, essas empresas reajustavam seus preços pela variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) sem nenhuma

ma preocupação efetiva em cortar custos — ao contrário do que ocorreu com as companhias privadas, que aumentaram sua produtividade. As estatais foram "premiadas" por essa política de reajustes automáticos das tarifas, disse Dornelles, sendo aplaudido pelos empresários que assistiam ao debate no auditório Petrônio Portella, no Senado Federal.

As notícias dadas por Dornelles foram bem recebidas

pelos empresários. Abílio Diniz, diretor-presidente do grupo Pão de Açúcar, por exemplo, disse ao repórter César Borges, deste jornal, que o governo é que vai dar, agora, sua contribuição para segurar os preços. Mas lembrou que, em alguns casos, vai ser difícil manter os reajustes das tarifas públicas abaixo da variação das ORTN, pois esta é uma cláusula que consta de alguns financiamentos concedidos pelo Banco Mundial.